

Magalhães apóia plano de Sarney

Recife — O governador Roberto Magalhães mostrou-se satisfeito com o anúncio de que o presidente em exercício José Sarney iniciará nesta semana o programa emergencial de 100 dias, e reafirmou sua convicção de que "a Nação não pode permanecer nesse clima de interinidade, temos que exorcizar o fantasma da provisoriedade". Para tanto, segundo ele, "é preciso que haja um apelo menos retórico e mais efetivo ao vice-presidente, para que ele deflagre por completo o processo e acelere o programa da Nova República".

O Governador disse que o atual quadro clínico do presidente Tancredo Neves não dá margem a qualquer previsão acerca do tempo necessário ao seu pleno restabelecimento. E, em caso de o vice José Sarney assumir interinamente o

comando da Nação, não vê ambiente favorável a que promova mudanças radicais nos quadros ministeriais. "Com o tempo, pode ser que surja necessidade de alterações, de pequenos ajustamentos" — adiantou.

Inalterável também permanecerá o secretariado do estado, depois da reunião que realizou esta manhã com todos os projetos já terminados ou em fase de conclusão e regido pelo Ministério do Interior, e recebeu informes sobre a situação de chuvas em alguns municípios determinou ao novo secretário de planejamento, Paulo Roberto de Barros Silva, a elaboração urgente de relatórios específicos para providenciar recursos de apoio às populações atingidas pelas enchentes.

Uma derrota de Dornelles

FROTA NETO
da Editoria de Economia

O presidente em exercício José Sarney decidiu convocar reunião ministerial para a próxima segunda-feira, dia 15, quando serão discutidas e definidas as linhas mestras do Plano de Emergência que o Governo pretende desfechar em benefício das populações de baixa renda. Durante toda esta semana, por determinação presidencial, as sugestões desse programa oriundas da extinta Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag), serão estudadas para implementação imediata, uma vez aprovadas dia 15. Nessa reunião, também será feita uma avaliação dos primeiros 30 dias do atual Governo.

Apesar do Palácio do Planalto evitar comentários nesse sentido e mesmo rejeitar interpretações nessa direção, a decisão de Sarney de adotar o Plano de Emergência da Copag é um sério revés para a administração econômica em benefício da gestão política do Governo. Ontem mesmo, o Palácio do Planalto recusava-se oficialmente e oficiosamente, a definir essa orientação como uma "manifestação contrária às diretrizes de política econômica do Ministério da Fazenda". Mas na área política se coletava a inequívoca impressão de que esse plano não conta com as simpatias do ministro Francisco Dornelles e, mais ainda, de que é provável que, além do Plano de Emergência, novas medidas econômico-sociais sejam anunciadas na reunião ministerial do dia 15 próximo.

O Plano de Emergência tem um colorido nitidamente político, ainda que sua base seja a preocupação econômica com as classes sociais mais pobres. O apelo político está no fato de procurar gerar empregos e melhorar a qualidade de vida da população em cima de um quadro recessivo como o atual, resultante da imposição de medidas corretivas pelo Fundo Monetário. A preocupação econômica está no fato de que o programa permitirá ao Governo uma certa flexibilidade, pois, sem aquecer a demanda, reduzirá focos de tensão político-social que certamente (uma vez sem controle) impediriam ou dificultariam aquelas políticas de ajuste determinadas pelo FMI. Enquanto instrumento de atendimento às necessidades urgentes e vitais de certos grupos populacionais, esse programa contribuirá sensivelmente para que o Governo obtenha adesão populacional e, portanto, opere no sentido da legitimidade política nessa fase

de profunda crise e trauma nacionais.

Em sua base fundamental de operação, esse programa deverá beneficiar, direta e indiretamente, 29 milhões de brasileiros através de cinco subprogramas: emprego, educação, alimentação e abastecimento, saúde e saneamento e ação fundiária. Desses cinco subprogramas, o núcleo mais urgente e mais imediato pode ser reduzido a uma única dimensão: ação contra a fome e o desemprego.

DUAS BASES

Assim considerado, o Plano de Emergência tem dois eixos básicos: a produção e distribuição de alimentos a baixo custo e a geração de emprego que exija baixo investimento financeiro e requeira mínimo grau de especialização da mão-de-obra a ser absorvida. No caso da produção de alimentos, o interesse governamental deve estar voltado, de acordo com a Copag, para o pequeno produtor rural — uma ação a ser complementada com a titulação da terra e assistência de crédito e de tecnologia. Quanto à distribuição desses alimentos básicos, além de assumir a responsabilidade de levar ao mercado os eventuais excedentes do pequeno produtor, o Governo garantirá, no meio urbano, a oferta desses produtos através das suas redes de comercialização, como a Cobal. Aliás, o estudo da Copag afirma que deve caber à Cobal um papel-chave: esse órgão deve ser reestruturado, o mesmo devendo acontecer com a CFP. Enquanto a CFP atuaria na pré-comercialização (portanto, junto ao produtor), a Cobal atuaria no atacado: distribuindo os alimentos básicos (feijão, arroz, milho, farinha de mandioca) e amis um grupo de produtos essenciais para a vida doméstica (óleos de cozinha, alguns produtos de limpeza), numa cesta compreendendo um total de 50 itens.

Na geração de emprego, o fundamental a ser definido na reunião ministerial do dia 15 compreenderá o escalonamento de prioridades de todos os projetos e obras que tenham recursos públicos federais. Deverão ser considerados prioritários pelo Governo da União aqueles que exijam baixo investimento em dinheiro e tenham, ao mesmo tempo, condições de serem definidos como de elevado grau de absorção de mão-de-obra não-especializada (que é onde está a crise do desemprego e dos bolsões de miséria nacionais).